

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	52

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>53.096.770</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	27/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00063

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	3.630.549	3.615.098
1.01	Ativo Circulante	1.296.474	1.227.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	193.709	374.459
1.01.03	Contas a Receber	647.845	633.668
1.01.03.01	Clientes	647.845	633.668
1.01.04	Estoques	2.668	2.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.797	27.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	41.797	27.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	12.940	1.523
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	28.857	26.377
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.145	11.764
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	398.310	176.850
1.01.08.03	Outros	398.310	176.850
1.01.08.03.01	Outros Créditos	66.564	84.605
1.01.08.03.02	Derivativos	116.686	92.245
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	215.060	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.334.075	2.387.858
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.400.078	1.429.748
1.02.01.04	Contas a Receber	14.004	13.917
1.02.01.04.01	Clientes	14.004	13.917
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.642	19.377
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	5.642	19.377
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.113	1.355
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.379.319	1.395.099
1.02.01.10.03	Derivativos	74.188	76.337
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	211.042	209.403
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Compensar	18.776	19.498
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.056.790	968.375
1.02.01.10.07	Outros Créditos	7.988	7.261
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	10.535	114.225
1.02.04	Intangível	933.997	958.110

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	3.630.549	3.615.098
2.01	Passivo Circulante	1.303.062	1.480.745
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.672	15.545
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	20.672	15.545
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	20.672	15.545
2.01.02	Fornecedores	527.691	517.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	527.691	517.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.519	152.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.106	35.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.514
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.462	5.474
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	20.582	25.212
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.062	3.700
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26.054	115.711
2.01.03.02.01	ICMS	26.054	115.711
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	359	567
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	359	567
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	504.514	522.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	425.116	445.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.055	57.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	369.061	387.885
2.01.04.02	Debêntures	79.398	77.409
2.01.05	Outras Obrigações	194.666	272.800
2.01.05.02	Outros	194.666	272.800
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	36.722
2.01.05.02.06	Derivativos	2.398	0
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	94.300	110.833
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	53.027	111.230
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	16.496	14.015
2.01.05.02.10	Dividendo e Juros sobre o Capital Proprio	28.445	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.804.615	1.673.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.392.724	1.247.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	710.145	722.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	117.757	144.392
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	592.388	578.092
2.02.01.02	Debêntures	682.579	524.855
2.02.02	Outras Obrigações	167.500	184.867
2.02.02.02	Outros	167.500	184.867
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	122.451	128.346
2.02.02.02.05	Derivativos	0	19.753
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	45.049	36.768
2.02.04	Provisões	244.391	241.088
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	244.391	241.088
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	185.032	179.189
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.293	32.926
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24.444	24.597

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.02.04.01.05	Outros	2.622	4.376
2.03	Patrimônio Líquido	522.872	461.059
2.03.01	Capital Social Realizado	240.144	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	55.905	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	51.393	280.148
2.03.04.01	Reserva Legal	7.604	7.604
2.03.04.02	Reserva Estatutária	0	200.310
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	28.445
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	43.789	43.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	286.404	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-110.974	-115.138

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	983.671	1.900.681	887.490	1.737.379
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-836.167	-1.579.650	-734.509	-1.419.759
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-708.937	-1.343.760	-615.508	-1.192.183
3.02.02	Custo de Operação	-67.278	-134.209	-66.083	-127.298
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-59.952	-101.681	-52.918	-100.278
3.03	Resultado Bruto	147.504	321.031	152.981	317.620
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.291	-130.049	-70.139	-151.729
3.04.01	Despesas com Vendas	-34.200	-63.540	-31.391	-65.162
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.443	-61.959	-35.836	-81.682
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.648	-4.550	-2.912	-4.885
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.213	190.982	82.842	165.891
3.06	Resultado Financeiro	137	-24.508	-33.224	-65.729
3.06.01	Receitas Financeiras	23.443	42.425	30.977	63.999
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.306	-66.933	-64.201	-129.728
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77.350	166.474	49.618	100.162
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.170	-62.186	-19.125	-38.307
3.08.01	Corrente	-4.153	-41.225	2.790	-17.693
3.08.02	Diferido	-25.017	-20.961	-21.915	-20.614
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	48.180	104.288	30.493	61.855
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	48.180	104.288	30.493	61.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00091	0,00196	0,00055	0,00112
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00000	0,00060	0,00123

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	48.180	104.288	30.493	61.855
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.012	-2.034	0	0
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros	2.012	-2.034	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.192	102.254	30.493	61.855



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-157.603	-45.411
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	291.844	306.297
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	166.474	100.162
6.01.01.02	Amortização	49.818	48.041
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	7.421	21.515
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	40.561	98.117
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	8.186	8.622
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	4.562	4.914
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.211	24.926
6.01.01.09	Outros	-9.389	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-449.447	-351.708
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-56.101	-179.105
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-1.761	-6.625
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	2.176	8.848
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	14.771	4.995
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-90.161	0
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	3.648	-17.050
6.01.02.09	Fornecedores	10.331	-6.460
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-54.152	-20.608
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-95.145	4.620
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-11.600	-6.805
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-43.770	-71.084
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-58.203	16.618
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-10.517	-31.430
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	-54.786	-68.869
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	5.458	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-9.635	21.247
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.124	-84.873
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-62	81
6.02.03	Adições de Intangível	-100.062	-84.954
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	76.977	52.602
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	708.939	303.509
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-720.002	-146.664
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-59.916
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	88.040	-44.327
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-180.750	-77.682
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	374.459	783.818
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	193.709	706.136

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	-28.445	0	0	-28.445
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	86.094	4.164	90.258
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.287	0	104.287
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.193	4.164	-14.029
5.05.02.06	Efeito da Aplicação Inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.05.02.07	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de Passivos Financeiros	0	0	0	-6.197	4.164	-2.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.06.10	Extinção da reserva estatutária no período - AGOE de 27/04/2018	0	0	-200.310	200.310	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	51.393	286.404	-110.974	522.872

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.855	0	61.855
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.855	0	61.855
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.298	-9.134	0	12.164
5.06.08	Movimentação de Reserva Estatutária no Período	0	0	9.134	-9.134	0	0
5.06.09	Recomposição da Reserva Estatutária	0	0	12.164	-12.164	0	0
5.06.10	Retificação do Dividendo Intermediário de 2016 - AGOE 04/04/2017	0	0	0	12.164	0	12.164
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	194.942	52.721	-113.938	429.774

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017</b>
7.01	Receitas	3.115.206	2.856.390
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.037.905	2.781.200
7.01.02	Outras Receitas	101.512	100.117
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24.211	-24.927
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.715.127	-1.569.006
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.497.891	-1.346.715
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-178.589	-168.015
7.02.04	Outros	-38.647	-54.276
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.400.079	1.287.384
7.04	Retenções	-49.905	-48.041
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.905	-48.041
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.350.174	1.239.343
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.576	67.642
7.06.02	Receitas Financeiras	45.576	67.642
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.395.750	1.306.985
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.395.750	1.306.985
7.08.01	Pessoal	74.959	81.375
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.656	45.556
7.08.01.02	Benefícios	30.458	31.953
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.845	3.866
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.145.549	1.030.855
7.08.02.01	Federais	632.747	591.723
7.08.02.02	Estaduais	511.610	437.963
7.08.02.03	Municipais	1.192	1.169
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.954	132.900
7.08.03.01	Juros	68.772	130.621
7.08.03.02	Aluguéis	2.182	2.279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.288	61.855
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.288	61.855

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2018	2017	Variação	2018	2017	Variação
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.618.895</b>	<b>1.465.730</b>	<b>10,4%</b>	<b>3.139.416</b>	<b>2.881.317</b>	<b>9,0%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.149.362	964.741	19,1%	2.364.046	2.054.489	15,1%
Suprimento de energia elétrica	45.223	190.977	-76,3%	57.166	288.266	-80,2%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	59.846	52.825	13,3%	101.511	100.117	1,4%
Outras receitas operacionais	216.926	164.860	31,6%	426.996	325.207	31,3%
Ativo e passivo financeiro setorial	147.537	92.327	59,8%	189.696	113.238	67,5%
Deduções da receita operacional	(635.224)	(578.240)	9,9%	(1.238.735)	(1.143.938)	8,3%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>983.671</b>	<b>887.490</b>	<b>10,8%</b>	<b>1.900.681</b>	<b>1.737.379</b>	<b>9,4%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(708.937)</b>	<b>(615.508)</b>	<b>15,2%</b>	<b>(1.343.760)</b>	<b>(1.192.183)</b>	<b>12,7%</b>
Energia comprada para revenda	(564.702)	(576.809)	-2,1%	(1.049.575)	(1.113.294)	-5,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(144.234)	(38.699)	272,7%	(294.185)	(78.889)	272,9%
<b>Custo e despesa operacional</b>	<b>(197.522)</b>	<b>(189.140)</b>	<b>4,4%</b>	<b>(365.939)</b>	<b>(379.306)</b>	<b>-3,5%</b>
Pessoal	(38.211)	(40.473)	-5,6%	(73.610)	(80.999)	-9,1%
Entidade de previdência privada	(4.093)	(4.311)	-5,1%	(8.186)	(8.622)	-5,1%
Material	(6.143)	(5.482)	12,1%	(11.688)	(10.028)	16,6%
Serviço de terceiros	(36.856)	(36.228)	1,7%	(72.561)	(66.011)	9,9%
Amortização	(25.130)	(24.105)	4,2%	(49.818)	(47.962)	3,9%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(59.846)	(52.825)	13,3%	(101.511)	(100.117)	1,4%
Outros	(27.240)	(25.717)	5,9%	(48.564)	(65.568)	-25,9%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>77.213</b>	<b>82.842</b>	<b>-6,8%</b>	<b>190.982</b>	<b>165.891</b>	<b>15,1%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>138</b>	<b>(33.224)</b>	<b>-100,4%</b>	<b>(24.508)</b>	<b>(65.729)</b>	<b>-62,7%</b>
Receitas financeiras	23.443	30.977	-24,3%	42.425	63.999	-33,7%
Despesas financeiras	(23.306)	(64.200)	-63,7%	(66.933)	(129.728)	-48,4%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>77.350</b>	<b>49.618</b>	<b>55,9%</b>	<b>166.474</b>	<b>100.162</b>	<b>66,2%</b>
Contribuição social	(7.663)	(5.029)	52,4%	(16.371)	(10.137)	61,5%
Imposto de renda	(21.508)	(14.096)	52,6%	(45.815)	(28.169)	62,6%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>48.180</b>	<b>30.493</b>	<b>58,0%</b>	<b>104.288</b>	<b>61.855</b>	<b>68,6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>102.343</b>	<b>106.947</b>	<b>-4,3%</b>	<b>240.800</b>	<b>213.853</b>	<b>12,6%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.618.895, apresentando aumento de 10,4% (R\$ 153.165) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.559.049, apresentando um aumento de 10,3% (R\$ 146.144) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 19,1% (R\$ 184.621) principalmente pelo (i) aumento de 16,4% na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 17,28% (percepção do consumidor) e (ii) aumento de 2,4% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 76,3% (R\$ 145.754) principalmente pelo volume menor de energia elétrica comercializada no curto prazo associado as recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 31,6% (R\$ 52.066) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 53.350) em função principalmente do RTA de outubro de 2017 e aumento no volume de energia vendida, (ii) aumento nas subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 8.416), (iii) aumento na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 1.019) compensado parcialmente por (iv) redução no reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 10.722) em função de liminares (nota 23.3);

## Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de 59,8% (R\$ 55.210), principalmente em: (i) diferimento de custo de energia, CDE, Itaipu, sobrecontratação, Encargos de Rede Básica, Encargos de Serviços do Sistema, Proinfa compensado parcialmente pelo diferimento do risco hidrológico e neutralidade, compensado parcialmente por (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

### ➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi maior em 1,6% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 49,6% do mercado total da distribuidora. O consumo registrou aumento de 4,2% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Salientamos que parte desse crescimento reflete em parte as temperaturas mais elevadas no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 22,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 0,8% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte as temperaturas mais elevadas no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, compensado pelo efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 14,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 8,0% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,3% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 5,3% no 2º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe serviço público, devido a entrada de um grande cliente, e rural, pela pluviometria abaixo de 2017, o que enseja maior utilização do sistema de irrigação.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 5,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 4,2%, comercial 4,6% e industrial de 5,4%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 6,7%.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2018 foram de R\$ 635.224, apresentando um aumento de 9,9% (R\$ 56.984) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS (R\$ 45.367), (ii) CDE (R\$ 25.458), (iii) PIS e COFINS (R\$ 14.031), compensado parcialmente por (iv) Bandeiras Tarifárias (R\$ 23.227) e (v) PROINFA (R\$ 5.426).

### Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 708.937, apresentando um aumento de 15,2% (R\$ 93.429), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

## Comentário do Desempenho

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 2,1% (R\$ 12.107) em função: (i) redução de 21,1% no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (ii) aumento de 23,3% no preço médio justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD"), bem como pela variação positiva do dólar no trimestre de 2018, (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.373) e (iv) ressarcimento de geradoras (R\$ 2.033).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 272,7% (R\$ 105.535) impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 80.709), (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) líquido do repasse da CONER e encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 25.145), (iii) encargo de transporte de Itaipu (R\$ 9.489), compensado parcialmente por (iv) crédito PIS e COFINS (R\$ 10.757).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 197.522 no 2º trimestre de 2018, apresentando um aumento de 4,4% (R\$ 8.382) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 137.676, apresentando aumento de 1,0% (R\$ 1.361).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 112.543 neste trimestre, um aumento de 0,3% (R\$ 332) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 5,6% (R\$ 2.262) principalmente por conta da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 699/2016;
- ii. **Outros:** aumento de 5,9% (R\$ 1.523) principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.958), (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 1.442), (iii) recuperação de despesas (R\$ 1.322), compensado parcialmente por (iv) perdas e ganhos na alienação e desativação de ativos não circulante (R\$ 1.553) e (v) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade, reclassificadas para outras receitas (R\$ 1.139).

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 138, um aumento de 100,4% (R\$ 33.362) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 24,3% (R\$ 7.534) principalmente em: (i) rendas de aplicações financeiras (R\$ 15.505), compensado parcialmente por (ii) atualização de ativos financeiros setoriais (R\$ 3.145), (iii) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 2.799) e (iii) atualizações monetárias de parcelamentos de débitos (R\$ 1.587);
- **Despesas financeiras:** redução de 63,7% (R\$ 40.894), principalmente em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 29.604), (ii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 5.288), (iii) variação cambial de Itaipu em função da reclassificação para o custo em 2018 (R\$ 3.480) e (iv) atualização de contingências (R\$ 1.508).

## **Comentário do Desempenho**

### **Contribuição social e imposto de renda**

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 29.171, apresentando aumento de 52,5% (R\$ 10.046) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### **Resultado líquido do período e EBITDA**

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 48.180, com aumento de 58,0% (R\$ 17.687), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 102.343, apresentando redução de 4,3% (R\$ 4.604) em relação ao mesmo período do ano anterior.



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017**  
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.709	374.459
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	647.845	633.668
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	12.940	1.523
Outros tributos a compensar	7	28.857	26.377
Derivativos	29	116.686	92.245
Ativo financeiro setorial	8	215.060	-
Estoques		2.668	2.599
Outros créditos	11	78.709	96.370
<b>Total do circulante</b>		<b>1.296.474</b>	<b>1.227.240</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	14.004	13.917
Depósitos judiciais	19	211.042	209.403
Outros tributos a compensar	7	18.776	19.498
Ativo financeiro setorial	8	10.535	114.225
Derivativos	29	74.188	76.337
Créditos fiscais diferidos	9	5.642	19.377
Ativo financeiro da concessão	10	1.056.790	968.375
Outros créditos	11	9.101	8.616
Intangível	12	933.997	958.110
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.334.075</b>	<b>2.387.858</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.630.549</b>	<b>3.615.098</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017**  
 (Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	527.691	517.360
Empréstimos e financiamentos	14	425.116	445.453
Debêntures	15	79.398	77.409
Entidade de previdência privada	16	16.496	14.015
Taxas regulamentares	17	53.027	111.230
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	1.514
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	55.519	150.664
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	28.445	-
Obrigações estimadas com pessoal		20.672	15.545
Derivativos	29	2.398	-
Passivo financeiro setorial	8	-	36.722
Outras contas a pagar	20	94.300	110.834
<b>Total do circulante</b>		<b>1.303.062</b>	<b>1.480.745</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	710.145	722.484
Debêntures	15	682.579	524.855
Entidade de previdência privada	16	122.451	128.346
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	244.391	241.088
Derivativos	29	-	19.753
Outras contas a pagar	20	45.049	36.768
<b>Total do não circulante</b>		<b>1.804.614</b>	<b>1.673.294</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Capital social		240.144	240.144
Reservas de capital		55.905	55.905
Reserva legal		7.604	7.604
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		-	200.310
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		43.789	43.789
Dividendo		-	28.445
Resultado abrangente acumulado		(110.975)	(115.138)
Lucros acumulados		286.404	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>522.872</b>	<b>461.059</b>
<b>Total do passivo e do patrimonio liquido</b>		<b>3.630.549</b>	<b>3.615.098</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2018		2017	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>23</b>	<b>983.671</b>	<b>1.900.681</b>	<b>887.490</b>	<b>1.737.379</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Custo com energia elétrica	24	(708.937)	(1.343.760)	(615.508)	(1.192.183)
Custo de operação	25	(67.278)	(134.209)	(66.083)	(127.298)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(59.952)	(101.681)	(52.918)	(100.278)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>147.504</b>	<b>321.031</b>	<b>152.981</b>	<b>317.620</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>25</b>				
Despesas com vendas		(34.200)	(63.540)	(31.391)	(65.162)
Despesas gerais e administrativas		(34.443)	(61.959)	(35.836)	(81.682)
Outras despesas operacionais		(1.649)	(4.550)	(2.911)	(4.886)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>77.213</b>	<b>190.982</b>	<b>82.842</b>	<b>165.891</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>				
Receitas financeiras		23.443	42.425	30.977	63.999
Despesas financeiras		(23.306)	(66.933)	(64.200)	(129.728)
		<b>138</b>	<b>(24.508)</b>	<b>(33.224)</b>	<b>(65.729)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>77.350</b>	<b>166.474</b>	<b>49.618</b>	<b>100.162</b>
Contribuição social	9	(7.663)	(16.371)	(5.029)	(10.137)
Imposto de renda	9	(21.508)	(45.815)	(14.096)	(28.169)
		<b>(29.171)</b>	<b>(62.186)</b>	<b>(19.125)</b>	<b>(38.306)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>48.180</b>	<b>104.288</b>	<b>30.493</b>	<b>61.855</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,91	1,96	0,55	1,12
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	-	0,60	1,23

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017**  
 (Em milhares de Reais)

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>48.180</b>	<b>104.288</b>	<b>30.493</b>	<b>61.855</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>2.012</b>	<b>(2.034)</b>	-	-
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	2.012	(2.034)	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>50.192</b>	<b>102.254</b>	<b>30.493</b>	<b>61.855</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	104.288	104.288
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.163	(6.197)	(2.034)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>									
Extinção da reserva estatutária no período - AGE de 27/04/2018	-	-	-	(200.310)	-	-	-	200.310	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	-	(28.445)	-	-	(28.445)
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>240.144</b>	<b>55.905</b>	<b>7.604</b>	<b>-</b>	<b>43.789</b>	<b>-</b>	<b>(110.975)</b>	<b>286.404</b>	<b>522.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2017**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Resultado abrangente acumulado		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	235.556	60.493	173.644	(113.939)	-	355.755
<b>Resultado abrangente total</b>						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	61.855	61.855
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>						
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	9.134	-	(9.134)	-
Recomposição da reserva estatutária	-	-	12.164	-	(12.164)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>						
Retificação do dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/17	-	-	-	-	12.164	12.164
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>240.144</b>	<b>55.905</b>	<b>194.942</b>	<b>(113.939)</b>	<b>52.723</b>	<b>429.775</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>166.474</b>	<b>100.162</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	49.818	48.041
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.421	21.515
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.211	24.926
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	40.561	98.117
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	8.186	8.622
Perda (ganho) na baixa de não circulante	4.562	4.914
Outros	(9.389)	-
	<b>291.844</b>	<b>306.297</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(56.101)	(179.105)
Tributos a compensar	(1.761)	(6.625)
Depósitos judiciais	2.176	8.848
Ativo financeiro setorial	(90.161)	-
Contas a receber - CDE	14.771	4.995
Outros ativos operacionais	3.648	(17.050)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	10.331	(6.460)
Outros tributos e contribuições sociais	(95.145)	4.620
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(11.600)	(6.805)
Taxas regulamentares	(58.203)	16.618
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(10.517)	(31.430)
Passivo financeiro setorial	(54.786)	(68.869)
Contas a pagar - CDE	5.458	-
Outros passivos operacionais	(9.636)	21.247
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>(59.682)</b>	<b>46.281</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(43.770)	(71.084)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(54.152)	(20.608)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(157.604)</b>	<b>(45.411)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(62)	81
Adições de intangível	(100.062)	(84.954)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(100.124)</b>	<b>(84.873)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	708.939	303.509
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(720.001)	(146.664)
Liquidação de operações com derivativos	88.040	(44.327)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(59.916)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>76.978</b>	<b>52.602</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(180.750)</b>	<b>(77.682)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>374.459</b>	<b>783.818</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>193.709</b>	<b>706.136</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre 2018</b>	<b>1º Semestre 2017</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>3.115.206</b>	<b>2.856.390</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.037.905	2.781.200
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	101.511	100.117
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.211)	(24.926)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.715.126)</b>	<b>(1.569.007)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(1.497.891)	(1.346.715)
2.2 Material	(66.676)	(58.889)
2.3 Serviços de terceiros	(111.913)	(109.126)
2.4 Outros	(38.647)	(54.276)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.400.079</b>	<b>1.287.384</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(49.905)</b>	<b>(48.041)</b>
4.1 Amortização	(49.905)	(48.041)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.350.174</b>	<b>1.239.343</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>45.576</b>	<b>67.642</b>
6.1 Receitas financeiras	45.576	67.642
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.395.750</b>	<b>1.306.985</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>74.959</b>	<b>81.375</b>
8.1.1 Remuneração direta	40.656	45.556
8.1.2 Benefícios	30.458	31.953
8.1.3 F.G.T.S	3.845	3.866
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.145.549</b>	<b>1.030.855</b>
8.2.1 Federais	632.747	591.722
8.2.2 Estaduais	511.610	437.963
8.2.3 Municipais	1.192	1.169
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>70.954</b>	<b>132.900</b>
8.3.1 Juros	68.771	130.620
8.3.2 Aluguéis	2.182	2.279
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>104.288</b>	<b>61.855</b>
8.4.1 Lucros retidos	104.288	61.855
	<b>1.395.750</b>	<b>1.306.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### ( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

#### Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 41.827. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, que suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

#### ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

##### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3, e, portanto devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de agosto de 2018.

## Notas Explicativas

### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.



## Notas Explicativas

### 2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

#### Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17, CPC 38, 39, 40 e interpretações relacionadas. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

O efeito da aplicação inicial dessas normas são atribuídos principalmente:

- Às categorias de classificação para ativos e passivos financeiros, extinguindo as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda;
- Quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- A um aumento nas perdas por *impairment* no saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros.

#### CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

##### a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

## Notas Explicativas

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento).

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada conforme nota 29 destas informações financeiras intermediárias.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*). Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham o efeito das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício.

As diferenças nos valores contábeis dos passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidos de forma retrospectiva na linha de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018. O montante acumulado registrado no resultado abrangente em função desta alteração foi uma perda de R\$ 9.389 (R\$ 6.197 líquido dos efeitos tributários).

### b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo perda de crédito esperada, ao contrário do modelo de perda de crédito “incorrida” mencionada no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente as perdas de créditos esperadas e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38, em que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

## Notas Explicativas

informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do período. Como resultado retrospectivo da adoção deste pronunciamento a Companhia em 1º de janeiro de 2018 registrou o complemento de despesa de R\$ 18.176 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 11.996 líquido dos efeitos tributários).

### CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional.

Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no primeiro semestre de 2018 foi R\$ 2.634 (nota 23).

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o

## Notas Explicativas

IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	192	67.347
Aplicações financeiras	<u>193.517</u>	<u>307.112</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	51.545
Certificado de depósito bancário (b)	193.517	222.483
Fundos de investimento (c)	-	33.084
<b>Total</b>	<b><u>193.709</u></b>	<b><u>374.459</u></b>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,5% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 98% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

### ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	132.224	107.615	19.048	258.887	250.815
Industrial	23.484	15.613	16.665	55.761	74.393
Comercial	42.363	16.020	7.045	65.428	76.757
Rural	2.015	1.076	169	3.260	3.335
Poder público	9.978	985	53	11.017	12.231
Iluminação pública	12.016	398	1	12.414	11.382
Serviço público	11.323	193	4.055	15.571	14.912
<b>Faturado</b>	<b>233.403</b>	<b>141.900</b>	<b>47.036</b>	<b>422.338</b>	<b>443.825</b>
Não faturado	206.290	-	-	206.290	196.269
Parcelamento de débito de consumidores	28.689	5.487	6.954	41.129	33.979
Operações realizadas na CCEE	48.348	-	-	48.348	7.315
Concessionárias e permissionárias	3.255	-	-	3.255	2.112
	<b>519.985</b>	<b>147.387</b>	<b>53.990</b>	<b>721.360</b>	<b>683.499</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(73.516)	(49.829)
<b>Total</b>				<b><u>647.845</u></b>	<b><u>633.668</u></b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	8.278	-	-	8.278	8.128
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	<b>16.486</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.486</b>	<b>16.336</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.482)	(2.419)
<b>Total</b>				<b><u>14.004</u></b>	<b><u>13.917</u></b>

## Notas Explicativas

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>(52.248)</b>	<b>(2.785)</b>	<b>(55.033)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(39.925)	(250)	(40.175)
Recuperação de receita	15.964	-	15.964
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(17.877)	(299)	(18.176)
Baixa de contas a receber provisionadas	18.087	-	18.087
<b>Saldo em 30/06/2018</b>	<b>(75.998)</b>	<b>(3.334)</b>	<b>(79.332)</b>
Circulante	(73.516)	(3.334)	(76.850)
Não circulante	(2.482)	-	(2.482)

### ( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2018	31/12/2017
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.105	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	8.794	485
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.041	1.038
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>12.940</b>	<b>1.523</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.901	6.119
ICMS a compensar	13.148	13.484
Programa de integração social - PIS	978	968
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.401	4.359
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.365	1.365
Outros	64	82
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>28.857</b>	<b>26.377</b>
<b>Total circulante</b>	<b>41.797</b>	<b>27.900</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	18.776	19.498
<b>Total não circulante</b>	<b>18.776</b>	<b>19.498</b>

## Notas Explicativas

### ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/06/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	286.642	(94.112)	192.527	152.379	69.775	5.842	(44.750)	407.842	(32.068)	375.775
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(29.097)	(134.692)	(163.790)	30.794	91.405	(3.458)	-	1.035	(46.084)	(45.049)
Custos energia elétrica	474.743	81.139	555.882	(234.844)	(52.217)	4.866	(44.750)	198.404	30.533	228.937
ESS e EER (***)	(115.803)	(113.044)	(228.848)	(34.985)	76.807	(5.708)	-	(148.450)	(44.284)	(192.734)
Proinfa	-	(13.378)	(13.378)	1.537	9.257	(325)	-	1.537	(4.446)	(2.909)
Rede básica	11.030	12.236	23.266	25.258	(7.982)	819	-	36.824	4.536	41.360
Repasse de Itaipu	139.896	62.941	202.836	98.193	(40.789)	5.839	-	242.490	23.589	266.079
Transporte de Itaipu	8.882	4.808	13.689	2.260	(3.099)	443	-	11.477	1.817	13.294
Neutralidade dos encargos setoriais	(6.053)	69.737	63.685	(19.510)	(42.788)	(520)	-	(26.083)	26.949	867
Sobrecontratação	(196.956)	(63.859)	(260.815)	283.679	39.182	3.885	-	90.608	(24.678)	65.930
Outros componentes financeiros	(159.560)	44.536	(115.024)	(22.009)	(10.450)	(2.697)	-	(156.761)	6.582	(150.179)
<b>Total</b>	<b>127.082</b>	<b>(49.576)</b>	<b>77.503</b>	<b>130.371</b>	<b>59.325</b>	<b>3.145</b>	<b>(44.750)</b>	<b>251.081</b>	<b>(25.486)</b>	<b>225.595</b>
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.060
Ativo não circulante	-	-	114.225	-	-	-	-	-	-	10.535
Passivo circulante	-	-	(36.722)	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

### ( 9 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2018	31/12/2017
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	-	776
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.698	11.215
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(10.987)	(8.773)
<b>Subtotal</b>	<b>(290)</b>	<b>3.218</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	-	2.300
Benefício fiscal do intangível incorporado	36.714	38.491
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(30.782)	(24.632)
<b>Subtotal</b>	<b>5.932</b>	<b>16.159</b>
<b>Total</b>	<b>5.642</b>	<b>19.377</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

#### 9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os

## Notas Explicativas

originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2018 e 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

### 9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.587	23.852	8.505	23.625
Entidade de previdência privada	2.614	7.261	2.331	6.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.140	19.833	4.953	13.758
Provisão energia livre	1.933	5.369	1.873	5.204
Programas de P&D e eficiência energética	4.802	13.338	4.366	12.129
Provisão relacionada a pessoal	623	1.731	702	1.949
Derivativos	(17.147)	(47.631)	(14.316)	(39.766)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.133)	(3.148)	(1.188)	(3.300)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(28.801)	(80.004)	(27.315)	(75.875)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	(705)	(1.960)	(120)	(333)
Outros	287	536	620	1.461
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais (CPC)	7.273	20.204	7.273	20.204
<b>Total</b>	<b>(10.987)</b>	<b>(30.782)</b>	<b>(8.773)</b>	<b>(24.632)</b>

### 9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017:

	CSLL			
	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>77.350</b>	<b>166.474</b>	<b>49.618</b>	<b>100.162</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(843)	(1.144)	(44)	(138)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.680	15.240	5.649	11.724
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	959	1.334	653	886
<b>Base de cálculo</b>	<b>85.146</b>	<b>181.904</b>	<b>55.876</b>	<b>112.634</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(7.663)</b>	<b>(16.371)</b>	<b>(5.029)</b>	<b>(10.137)</b>
Corrente	(1.085)	(10.951)	734	(4.770)
Diferido	(6.578)	(5.420)	(5.763)	(5.367)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>77.350</b>	<b>166.474</b>	<b>49.618</b>	<b>100.162</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(843)	(1.144)	(44)	(138)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.680	15.240	5.649	11.724
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.843	2.690	1.162	929
<b>Base de Cálculo</b>	<b>86.030</b>	<b>183.260</b>	<b>56.385</b>	<b>112.677</b>
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(21.508)</b>	<b>(45.815)</b>	<b>(14.096)</b>	<b>(28.169)</b>
Corrente	(3.067)	(30.274)	2.056	(12.923)
Diferido	(18.441)	(15.541)	(16.152)	(15.246)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

## ( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

**Notas Explicativas**

<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>968.375</b>
Adições	73.202
Ajuste ao valor justo	17.423
Baixas	(2.210)
<b>Saldo em 30/06/2018</b>	<b><u>1.056.790</u></b>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

**( 11 ) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	1.126	1.324	678	678
Cauções, fundos e depósitos vinculados	86	790	7.310	6.583
Ordens em curso	20.930	34.138	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.970	1.266	-	-
Despesas antecipadas	12.145	11.764	1.113	1.355
Contas a receber - CDE	19.886	34.657	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.206	2.872	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.322	5.880	-	-
Faturas diversas	2.415	1.605	-	-
Outros	11.956	4.857	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(3.334)	(2.785)	-	-
<b>Total</b>	<b><u>78.709</u></b>	<b><u>96.370</u></b>	<b><u>9.101</u></b>	<b><u>8.616</u></b>

**Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.446 (R\$ 1.767 em 31 de dezembro de 2017), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 18.433 (R\$ 31.130 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 7 (R\$ 1.760 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No primeiro semestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 1.800 (nota 23.3).



**Notas Explicativas****( 12 ) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>783.400</b>	<b>174.710</b>	<b>958.110</b>
Custo histórico	2.046.634	174.710	2.221.344
Amortização acumulada	(1.263.234)	-	(1.263.234)
Adições	-	102.107	102.107
Amortização	(49.905)	-	(49.905)
Transferência - intangíveis	48.064	(48.064)	-
Transferência - ativo financeiro	(25)	(73.177)	(73.202)
Baixa e transferência - outros ativos	(3.114)	-	(3.114)
<b>Saldo em 30/06/2018</b>	<b>778.421</b>	<b>155.576</b>	<b>933.997</b>
Custo histórico	2.078.539	155.576	2.234.115
Amortização acumulada	(1.300.118)	-	(1.300.118)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro semestre de 2018 foram capitalizados R\$ 1.960 (R\$ 1.263 no primeiro semestre de 2017) a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 26).

**( 13 ) FORNECEDORES**

	30/06/2018	31/12/2017
Encargos de serviço do sistema	612	-
Suprimento de energia elétrica	366.131	338.527
Encargos de uso da rede elétrica	53.207	58.864
Materiais e serviços	67.683	81.146
Energia livre	40.058	38.824
<b>Total</b>	<b>527.691</b>	<b>517.360</b>

## Notas Explicativas

**( 14 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2018
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	80.777	-	(9.809)	1.568	-	(1.595)	70.940
Pós Fixado							
TJLP	84.916	-	(15.238)	3.389	-	(3.212)	69.854
Selic	37.052	-	(4.424)	1.565	-	(455)	33.736
<b>Total ao custo</b>	<b>202.745</b>	<b>-</b>	<b>(29.471)</b>	<b>6.522</b>	<b>-</b>	<b>(5.262)</b>	<b>174.530</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(3.358)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.639</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(719)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	761.304	394.200	(415.956)	14.304	126.030	(13.384)	866.497
Euro	218.814	100.000	(215.824)	230	3.454	(1.834)	104.840
Marcação a mercado	(11.567)	-	-	1.679	-	-	(9.888)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>968.551</b>	<b>494.200</b>	<b>(631.780)</b>	<b>16.213</b>	<b>129.484</b>	<b>(15.218)</b>	<b>961.449</b>
<b>Total</b>	<b>1.167.937</b>	<b>494.200</b>	<b>(661.251)</b>	<b>25.375</b>	<b>129.484</b>	<b>(20.481)</b>	<b>1.135.261</b>
Circulante	445.453						425.116
Não circulante	722.484						710.145

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>						
<b>Pré fixado</b>						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8%	(a)	64.929	72.761	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado 4,5%		6.011	8.016	2012 a 2019	Aval da CPFL Energia
			<b>70.940</b>	<b>80.777</b>		
<b>Pós fixado</b>						
<b>TJLP</b>						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,3%	(b)	69.854	84.916	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
			<b>69.854</b>	<b>84.916</b>		
<b>SELIC</b>						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	33.736	37.052	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
<b>Total moeda nacional</b>			<b>174.530</b>	<b>202.745</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			<b>(719)</b>	<b>(3.358)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>						
<b>Dólar</b>						
	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 2,7%		693.086	594.958	2019 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 1,35%	(c)	-	166.346	2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,2768%		173.411	-	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
			<b>866.497</b>	<b>761.304</b>		
<b>Euro</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,8% a 1,6350%		104.840	218.814	2018 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>			<b>(9.888)</b>	<b>(11.567)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>961.449</b>	<b>968.551</b>		
<b>Total</b>			<b>1.135.261</b>	<b>1.167.937</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29.

**Taxa efetiva:**

(a) De 30% a 66% do CDI  
(b) De 61% a 122% do CDI

(c) 107% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC's 48, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas,

## Notas Explicativas

de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de junho de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 961.449 (R\$ 968.551 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2018 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 9.888 (ganho de R\$ 11.567 em 31 de dezembro de 2017), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.598 (perda de R\$ 10.960 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 8.290 (ganho total líquido de R\$ 607 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<b><u>Ano de vencimento</u></b>	
A partir de 01/07/2019	79.029
2020	259.674
2021	361.290
2022	15.817
2023	3.774
2024	944
<b>Subtotal</b>	<b>720.528</b>
Marcação a mercado	(10.382)
<b>Total</b>	<b>710.145</b>

### Adições no período:

#### Moeda estrangeira – Lei 4.131:

**Dólar** – No primeiro semestre de 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 394.200 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

**Euro** – No primeiro semestre de 2018, a Companhia efetuou a captação no montante de R\$ 100.000 com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

### Pré-pagamento no período:

No primeiro semestre de 2018, foram liquidados antecipadamente R\$ 246.667 de empréstimos cujos vencimentos originais eram a partir de 2019.

### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2018, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

## Notas Explicativas

### Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice de 3,5.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,9.

### Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

## ( 15 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em
	31/12/2017					30/06/2018
Debentures	604.891	215.000	(58.750)	26.644	(23.291)	764.494
Gastos com emissão (*)	(2.627)	(261)	-	372	-	(2.517)
<b>Total</b>	<b>602.264</b>	<b>214.739</b>	<b>(58.750)</b>	<b>27.016</b>	<b>(23.291)</b>	<b>761.977</b>
Circulante	77.409					79.398
Não circulante	524.855					682.579

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/06/2018			31/12/2017				
						Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	Total	
						Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal		
<b>6ª Emissão</b>													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	1.549	-	44.000	45.549	1.950	-	44.000	45.950
<b>7ª Emissão</b>													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1) (2)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	4.986	58.750	117.500	181.236	7.973	58.750	176.250	242.973
<b>8ª Emissão</b>													
2ª Série	246.000	109,5% CDI (1)	109,5% CDI	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	6.300	-	246.000	252.300	7.669	-	246.000	253.669
<b>1ª Série</b>													
Série única	60.000	IPCA + 5,2901%	IPCA + 5,2901%	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Fiança da CPFL Energia	1.200	-	62.488	63.688	1.174	-	61.125	62.299
<b>9ª Emissão</b>													
Série Única	215.000	CDI + 0,48% (1)	106,2% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	6.721	-	215.000	221.721	-	-	-	-
<b>Gastos com emissão (*)</b>													
				<b>Total</b>		<b>20.756</b>	<b>58.642</b>	<b>682.579</b>	<b>761.977</b>	<b>18.767</b>	<b>58.642</b>	<b>524.855</b>	<b>602.264</b>

(1) Swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,73% e 7,61%

(2) O swap da operação representa 40,73% do principal da dívida

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

## Notas Explicativas

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2019	43.003
2020	58.071
2021	396.241
2022	122.860
2023	31.172
2024	31.232
<b>Total</b>	<b><u>682.579</u></b>

### Adições no período:

#### 9ª emissão

No primeiro semestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 215.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 215.000 (R\$ 214.739 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos foram destinados para plano de investimento, refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

### Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2018 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

#### **Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da controladora CPFL Energia**

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

## **( 16 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

### 16.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2017</b>	<b>141.724</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	8.186
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(11.510)</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2018</b>	<b>138.400</b>
Outras contribuições	<u>547</u>
<b>Total passivo</b>	<b><u>138.947</u></b>
Circulante	16.496
Não circulante	122.451

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º semestre 2018</u>	<u>1º semestre 2017</u>
Custo do serviço	2.182	1.576
Juros sobre obrigações atuariais	57.314	63.780
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(51.310)</u>	<u>(56.734)</u>
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b><u>8.186</u></b>	<b><u>8.622</u></b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light frac	Light frac
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

\* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

### ( 17 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	302	302
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	31.359	57.149
Bandeiras tarifárias e outros	<u>21.366</u>	<u>53.779</u>
<b>Total</b>	<b><u>53.027</u></b>	<b><u>111.230</u></b>

**Conta de desenvolvimento energético – CDE** – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 30.584, (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.701 (R\$ 10.701 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 20.658 (R\$ 15.864 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

No primeiro semestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 1.800.

**Bandeiras tarifárias e outros** – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4)

### ( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	907
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	607
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<u>-</u>	<u>1.514</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	26.054	115.711
Programa de integração social - PIS	4.462	5.474
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.582	25.212
Outros	4.420	4.268
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<u>55.519</u>	<u>150.664</u>
<b>Total</b>	<u><u>55.519</u></u>	<u><u>152.178</u></u>

### ( 19 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	32.293	12.363	32.926	13.586
<b>Cíveis</b>	24.444	30.263	24.597	30.362
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	149.479	160.859	147.100	158.276
Outras	35.553	7.557	32.089	7.179
	<u>185.032</u>	<u>168.416</u>	<u>179.189</u>	<u>165.455</u>
<b>Outros</b>	2.622	-	4.375	-
<b>Total</b>	<u><u>244.391</u></u>	<u><u>211.042</u></u>	<u><u>241.088</u></u>	<u><u>209.403</u></u>

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2018
Trabalhistas	32.926	3.827	(2.099)	(4.952)	2.589	32.293
Cíveis	24.597	5.753	(2.041)	(5.551)	1.687	24.444
Fiscais	179.189	2.894	(201)	(13)	3.164	185.032
Outros	4.375	-	(1.858)	-	104	2.622
<b>Total</b>	<b>241.088</b>	<b>12.474</b>	<b>(6.197)</b>	<b>(10.517)</b>	<b>7.544</b>	<b>244.391</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

### Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estavam assim representadas:

	30/06/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	87.511	76.965	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	112.521	121.742	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	511.411	467.045	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	3.734	3.613	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>715.178</b>	<b>669.365</b>	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então, permanecendo válido o índice utilizado atualmente.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.



**Notas Explicativas****( 20 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	8.332	15.504	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	23.423	36.732	17.487	13.953
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.326	21.983	13.460	7.294
EPE / FNDCT / PROCEL	5.307	3.367	-	-
Fundo de reversão	1.527	-	11.697	13.987
Adiantamentos	1.587	1.584	124	139
Descontos tarifários - CDE	10.937	5.479	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	488	219	-	-
Folha de pagamento	1.613	2.151	-	-
Participação nos lucros	7.207	8.246	801	1.395
Convênios de arrecadação	12.981	12.491	-	-
Outros	3.572	3.079	1.480	-
<b>Total</b>	<b>94.300</b>	<b>110.834</b>	<b>45.049</b>	<b>36.768</b>

**( 21 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

**21.1 – Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)**

Na AGO/E de 27 de abril de 2018 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 33.464 (R\$ 28.444 líquido dos efeitos tributários), atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,630250424 e (ii) dividendos intermediários no montante de R\$ 52.722 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,950795647 e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 1,045875212.

**21.2 – Extinção da reserva estatutária do ativo financeiro da concessão.**

Na AGE de 27 de abril de 2018 foi aprovada a extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo de R\$ 200.309 para a conta de Lucros Acumulados.

**( 22 ) LUCRO POR AÇÃO****22.1 - Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	48.180	104.288	30.493	61.855
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	29.564.003	29.564.003
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	-	-	23.532.768	23.532.768
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>0,91</b>	<b>1,96</b>	<b>0,55</b>	<b>1,12</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,60</b>	<b>1,23</b>

## Notas Explicativas

Para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

### ( 23 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	637.188	1.291.328	529.119	1.122.579
Industrial	163.059	319.950	146.597	296.632
Comercial	270.604	545.911	228.159	481.971
Rural	10.841	21.257	8.716	17.550
Poderes públicos	33.196	63.517	27.542	53.875
Iluminação pública	30.083	57.234	26.018	50.639
Serviço público	31.062	57.650	23.288	46.931
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.176.034</b>	<b>2.356.846</b>	<b>989.440</b>	<b>2.070.177</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(26.672)	7.200	(24.699)	(15.688)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(422.619)	(853.893)	(359.386)	(759.172)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>726.743</b>	<b>1.510.154</b>	<b>605.355</b>	<b>1.295.317</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	9.571	19.355	4.605	9.931
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.411)	(5.221)	(468)	(1.110)
Energia elétrica de curto prazo	35.652	37.811	186.372	278.335
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>42.812</b>	<b>51.945</b>	<b>190.509</b>	<b>287.156</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	425.030	859.114	359.855	760.283
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	156.520	306.539	103.170	191.925
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(844)	(2.634)	-	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	59.846	101.511	52.825	100.117
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	147.537	189.696	92.327	113.238
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	6.715	16.516	5.696	13.839
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	35.908	68.085	38.214	83.616
Outras receitas e rendas	18.627	38.490	17.780	35.827
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>849.339</b>	<b>1.577.317</b>	<b>669.867</b>	<b>1.298.845</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>1.618.895</b>	<b>3.139.416</b>	<b>1.465.730</b>	<b>2.881.317</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(254.023)	(511.367)	(208.656)	(437.718)
PIS	(25.779)	(49.938)	(23.276)	(45.827)
COFINS	(118.741)	(230.018)	(107.213)	(211.080)
ISS	(23)	(44)	(25)	(48)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(195.007)	(386.113)	(169.549)	(349.564)
Programa de P & D e eficiência energética	(9.171)	(17.827)	(8.290)	(16.234)
PROINFA	(10.229)	(20.000)	(15.655)	(29.961)
Bandeiras tarifárias e outros	(21.344)	(21.616)	(44.571)	(51.495)
Outros	(907)	(1.814)	(1.006)	(2.011)
	<b>(635.224)</b>	<b>(1.238.735)</b>	<b>(578.240)</b>	<b>(1.143.938)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>983.671</b>	<b>1.900.681</b>	<b>887.490</b>	<b>1.737.379</b>

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica - em GWh</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	975	2.017	936	1.987
Industrial	283	570	308	630
Comercial	447	923	443	950
Rural	27	54	25	51
Poderes públicos	58	114	57	112
Iluminação pública	82	163	82	161
Serviço público	63	118	55	112
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.935</b>	<b>3.960</b>	<b>1.905</b>	<b>4.002</b>
Consumo próprio	1	2	1	2
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.936</b>	<b>3.962</b>	<b>1.906</b>	<b>4.005</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	30	60	28	58
Energia elétrica de curto prazo	133	133	841	1.381
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>163</b>	<b>193</b>	<b>870</b>	<b>1.439</b>

<b>Nº de consumidores</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	1.628.659	1.597.648
Industrial	6.310	6.430
Comercial	82.203	83.151
Rural	7.274	7.219
Poderes públicos	8.211	8.258
Iluminação pública	2.154	2.074
Serviço público	1.183	1.169
Consumo Próprio	152	134
<b>Total</b>	<b>1.736.146</b>	<b>1.706.083</b>

## Notas Explicativas

### 23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

### 23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -6,8% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória, quando comparado à Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

### 23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro semestre de 2018, foi registrada receita de R\$ 68.085 (R\$ 83.616 no primeiro semestre de 2017), sendo (i) R\$ 4.209 (R\$ 4.775 no primeiro semestre de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 60.729 (R\$ 50.081 no primeiro semestre de 2017) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 48 (R\$ 28.760 no primeiro semestre de 2017) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 3.099 de subvenção CCRBT, em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

### 23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro semestre de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro de 2017 a abril de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 57.216. Deste montante R\$ 44.750, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 12.466 referente as homologações de janeiro a abril de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 21.366, referente a Bandeira Tarifária faturada de maio e

## Notas Explicativas

junho de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

### 23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH n° 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH n° 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH n° 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH n° 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de abril de 2017 a março de 2018, a mesma resolução definiu também os valores para o período de abril de 2018 a março de 2020.

### ( 24 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	137.009	243.963	118.824	226.953
PROINFA	15.491	31.488	8.744	18.975
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	467.622	876.230	508.034	980.843
Crédito de PIS e COFINS	(55.420)	(102.107)	(58.793)	(113.476)
<b>Subtotal</b>	<b>564.702</b>	<b>1.049.575</b>	<b>576.809</b>	<b>1.113.294</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	125.256	248.703	44.547	88.308
Encargos de transporte de Itaipu	12.529	24.432	3.040	5.934
Encargos de conexão	5.616	11.232	4.181	8.362
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.276	9.012	4.760	8.136
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER	(720)	7.361	(13.885)	(23.810)
Encargos de energia de reserva - EER	11.980	23.431	-	-
Crédito de PIS e COFINS	(14.702)	(29.986)	(3.945)	(8.041)
<b>Subtotal</b>	<b>144.234</b>	<b>294.185</b>	<b>38.699</b>	<b>78.889</b>
<b>Total</b>	<b>708.937</b>	<b>1.343.760</b>	<b>615.508</b>	<b>1.192.183</b>

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda - GWh</b>				
Energia de Itaipu Binacional	529	1.054	569	1.134
PROINFA	47	92	47	95
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.821	3.737	2.423	4.914
<b>Total</b>	<b>2.397</b>	<b>4.882</b>	<b>3.038</b>	<b>6.142</b>

### ( 25 ) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais		Outros		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
							2018	2017				
Pessoal	25.849	24.434	-	-	5.490	6.114	6.872	9.925	-	-	38.211	40.473
Entidade de previdência privada	4.093	4.311	-	-	-	-	-	-	-	-	4.093	4.311
Material	4.679	4.988	29	38	122	27	1.313	429	-	-	6.143	5.482
Serviços de terceiros	11.521	11.929	77	57	11.094	9.841	14.164	14.601	-	-	36.856	36.228
Amortização	21.043	19.572	-	-	171	140	3.916	4.393	-	-	25.130	24.105
Custos com construção da infraestrutura	-	-	59.846	52.825	-	-	-	-	-	-	59.846	52.825
Outros	93	849	-	(1)	17.322	15.470	8.176	6.487	1.649	2.911	27.240	25.716
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.363	3.461	-	-	-	-	3.363	3.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	13.887	11.929	-	-	-	-	13.887	11.929
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.107	1.173	-	-	1.107	1.173
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	498	627	-	-	498	627
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	4.740	3.298	-	-	4.740	3.298
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	149	209	-	-	149	209
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	1.650	2.928	1.650	2.928
Outros	93	849	-	(1)	72	81	1.683	1.179	(1)	(17)	1.847	2.091
<b>Total</b>	<b>67.278</b>	<b>66.083</b>	<b>59.952</b>	<b>52.918</b>	<b>34.200</b>	<b>31.391</b>	<b>34.443</b>	<b>35.836</b>	<b>1.649</b>	<b>2.911</b>	<b>197.522</b>	<b>189.139</b>

## Notas Explicativas

	1º Semestre											
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Total	
	2018	2017	2018	2017	Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
Pessoal	50.417	49.150	-	-	10.330	12.284	12.863	19.565	-	-	73.610	80.999
Entidade de previdência privada	8.186	8.622	-	-	-	-	-	-	-	-	8.186	8.622
Material	9.391	9.118	45	58	230	218	2.022	634	-	-	11.688	10.028
Serviços de terceiros	24.348	18.839	125	104	21.422	20.562	26.666	26.506	-	-	72.561	66.011
Amortização	41.683	38.840	-	-	345	276	7.790	8.846	-	-	49.818	47.962
Custos com construção da infraestrutura	-	-	101.511	100.117	-	-	-	-	-	-	101.511	100.117
Outros	184	2.730	-	(1)	31.213	31.821	12.617	26.132	4.550	4.886	48.564	65.588
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	6.844	6.732	-	-	-	-	6.844	6.732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	24.211	24.926	-	-	-	-	24.211	24.926
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	2.182	2.279	-	-	2.182	2.279
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	693	831	-	-	693	831
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	6.639	19.936	-	-	6.639	19.936
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	295	364	-	-	295	364
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	4.562	4.914	4.562	4.914
Outros	184	2.730	-	(1)	159	163	2.908	2.721	(12)	(28)	3.139	5.585
<b>Total</b>	<b>134.209</b>	<b>127.296</b>	<b>101.681</b>	<b>100.278</b>	<b>63.540</b>	<b>65.162</b>	<b>61.959</b>	<b>81.682</b>	<b>4.550</b>	<b>4.886</b>	<b>365.939</b>	<b>379.306</b>

**( 26 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	2018		2017	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	1.592	4.308	17.097	35.207
Acréscimos e multas moratórias	12.152	24.127	10.904	21.510
Atualização de créditos fiscais	20	39	33	90
Atualização de depósitos judiciais	1.869	3.774	2.863	6.187
Atualizações monetárias e cambiais	2.053	3.996	467	1.424
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.879	3.142	80	328
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	3.145	3.145	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.541)	(3.151)	(1.852)	(3.644)
Outros	1.274	3.044	1.385	2.895
<b>Total</b>	<b>23.443</b>	<b>42.425</b>	<b>30.977</b>	<b>63.999</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(27.047)	(50.632)	(29.225)	(54.461)
Atualizações monetárias e cambiais	3.883	(11.173)	(28.844)	(60.368)
(-) Juros capitalizados	1.166	1.960	354	1.263
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	2.049	-	(3.239)	(9.551)
Outros	(3.356)	(7.088)	(3.248)	(6.611)
<b>Total</b>	<b>(23.306)</b>	<b>(66.933)</b>	<b>(64.200)</b>	<b>(129.728)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>138</b>	<b>(24.508)</b>	<b>(33.224)</b>	<b>(65.729)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o primeiro semestre de 2018 e 2017 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 128.324 no primeiro semestre de 2018 (perdas de R\$ 5.755 no primeiro semestre de 2017) (nota 29).

**( 27 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 30 de junho de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.  
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.  
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em

## Notas Explicativas

condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2017. A Companhia pagou em junho de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CPFL Geração que tinham vencimento original de fevereiro a maio de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.250 (R\$ 1.891 no primeiro semestre de 2017). Este valor é composto por R\$ 1.209 (R\$ 1.870 no primeiro semestre de 2017) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 41 (R\$ 21 no primeiro semestre de 2017) de outros benefícios de longo prazo.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

### Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2017	1º Semestre de 2018	1º Semestre de 2017
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	189	17.013	8.098

### Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	1º Semestre de 2018	1º Semestre de 2017	1º Semestre de 2018	1º Semestre de 2017
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	99	-	209	-	-	-	(582)
Companhia Paulista de Força e Luz	800	695	863	557	-	-	467	353
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	-	-	(200)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(76)
Companhia Jaguari de Energia	291	80	12	12	-	-	(1.913)	13
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	-	-	(39)
Rio Grande Energia S.A.	600	226	39	14	-	-	(3.374)	(1.237)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	864	-	110	-	-	-	(4.237)	-
CPFL Geração de Energia S.A.	3	78	2	37	-	-	-	(504)
CPFL Energia S.A.	41	71	-	-	-	-	(280)	(593)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(18)	(7)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	58	-	5	-	-	-	(227)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	4	3	6	1	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(14)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	9	-	1	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	332	-	-	-	438	428
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	69	53	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	392	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	3	3	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	28.445	-	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	24.442	76.440	4.724	12.817	15	-	9.770	8.435
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	752	812	-	-	4.434	4.342
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	801	705	-	-	4.441	4.120
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	89
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.012	785	-	-	5.356	5.458
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.363	1.596	-	-	9.004	8.133
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.459	17.501	-	-	34.982	33.058
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	18	17
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.424	8.271	-	-	21.633	25.032
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	92	85	-	-	498	420
Campos Novos Energia S.A.	-	-	17.600	17.600	-	-	52.229	53.310
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4.333	13.334	-	-	26.149	26.531
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	10.959	11.359	-	-	64.713	65.362
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	125	957	-	-	3.227	7.561
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	25	15
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	21	-
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	842	305

(\*) As informações referente ao resultado do 1º semestre de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguari de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

## Notas Explicativas

### ( 28 ) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### ( 29 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/06/2018	
					Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	193.709	193.709
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	190.874	190.874
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	(2)	Nível 3	1.056.790	1.056.790
					<b>1.441.373</b>	<b>1.441.373</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (***)	173.812	173.812
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	961.449	961.449
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (***)	761.977	764.015
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	2.398	2.398
					<b>1.899.636</b>	<b>1.901.674</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 1.679 no 1º Semestre 2018 (uma perda de R\$ 13.632 no 1º Semestre 2017).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

##### Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

## Notas Explicativas

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no primeiro semestre de 2018 são de R\$ 17.423 (ganho de R\$ 14.825 no primeiro semestre de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	188.560	-	188.560	188.239	321	US\$ + de 2,7% a 4,26%	105,62% a 116% do CDI	mar/19 a mai/21	673.214
Empréstimos bancários - Lei 4.131	2.314	-	2.314	4.233	(1.919)	EUR + 0,8%	105,1 % do CDI	mai/21	100.000
	<b>190.874</b>	<b>-</b>	<b>190.874</b>	<b>192.472</b>	<b>(1.598)</b>				
<b>Hedge variação de taxa de juros</b>									
Debêntures	-	(1.178)	(1.178)	(974)	(204)	CDI	juros de 6,73% a 7,61%	jan/19	576.786
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(1.220)	(1.220)	(973)	(247)	CDI	juros de 7,54% a 7,80%	jan/19	523.214
	<b>-</b>	<b>(2.398)</b>	<b>(2.398)</b>	<b>(1.947)</b>	<b>(451)</b>				
<b>Total</b>	<b>190.874</b>	<b>(2.398)</b>	<b>188.476</b>	<b>190.525</b>	<b>(2.049)</b>				
Circulante	116.686	(2.398)							
Não circulante	74.188								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Derivativos	Saldo em	Atualização	Liquidação	Saldo em
	31/12/2017	monetária e cambial e MTM		30/06/2018
Para dívidas designadas a valor justo	158.850	120.710	(87.088)	192.472
Para dívidas não designadas a valor justo	213	(1.208)	(952)	(1.947)
Marcação a mercado (*)	(10.235)	8.186	-	(2.049)
	<b>148.829</b>	<b>127.688</b>	<b>(88.040)</b>	<b>188.476</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 9.361 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 1.175 para as dívidas não designadas a valor justo.



## Notas Explicativas

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2018		2017		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Variação de taxas de juros	(1.482)	(1.208)	5	(60)	-	-
Marcação a mercado	5.418	(1.151)	(21)	616	(22)	(25)
Variação cambial	119.262	120.710	48.041	(9.574)	-	-
Marcação a mercado	(8.615)	9.973	(1.415)	3.262	(555)	(612)
	<b>114.583</b>	<b>128.324</b>	<b>46.610</b>	<b>(5.755)</b>	<b>(577)</b>	<b>(637)</b>

### c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, Euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

#### c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação/ Depreciação cambial de 25%(c)	Apreciação/ Depreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(856.609)		(32.324)	189.909	412.142
Derivativos - swap plain vanilla	876.154		33.062	(194.242)	(421.546)
	<b>19.545</b>	baixa dolar	<b>738</b>	<b>(4.333)</b>	<b>(9.404)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(104.840)		(7.264)	(35.290)	(63.316)
Derivativos - swap plain vanilla	104.144		7.216	35.055	62.895
	<b>(696)</b>	alta euro	<b>(48)</b>	<b>(235)</b>	<b>(421)</b>
<b>Total</b>	<b>18.849</b>		<b>690</b>	<b>(4.568)</b>	<b>(9.825)</b>
Efeitos no resultado abrangente acumulado			283	(605)	(1.494)
Efeitos no resultado do período			407	(3.963)	(8.331)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.06.2018 foi de R\$ 3,86 para o dólar e R\$ 4,50 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 4,00 e R\$ 4,82, e a depreciação cambial de 3,77% e 6,93%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo e do euro um passivo, o risco é baixa do dólar e alta do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

#### c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2018 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

## Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (Despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	200.913				15.068	18.836	22.603
Instrumentos financeiros passivos	(700.806)				(52.560)	(65.701)	(78.841)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	346.084				25.956	32.445	38.934
	<b>(153.809)</b>	alta CDI	7,37%	7,50%	<b>(11.536)</b>	<b>(14.420)</b>	<b>(17.304)</b>
Instrumentos financeiros passivos	<b>(69.854)</b>	alta TJLP	6,60%	6,60%	<b>(4.610)</b>	<b>(5.763)</b>	<b>(6.916)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(63.688)				(3.127)	(2.345)	(1.564)
Ativo financeiro da concessão	1.056.790				51.888	38.916	25.944
	<b>993.102</b>	baixa IPCA	4,37%	4,91%	<b>48.761</b>	<b>36.571</b>	<b>24.380</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	225.595				17.145	12.859	8.573
Instrumentos financeiros passivos	(33.736)				(2.564)	(1.923)	(1.282)
	<b>191.859</b>	baixa SELIC	7,18%	7,60%	<b>14.581</b>	<b>10.936</b>	<b>7.291</b>
<b>Total</b>	<b>961.298</b>				<b>47.196</b>	<b>27.324</b>	<b>7.451</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>47.196</b>	<b>27.324</b>	<b>7.451</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 82.351.

### ( 30 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro semestre de 2018, um valor de R\$ 1.960 (R\$ 1.263 no primeiro semestre de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 06 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP027612/O-4

Contador CRC 1SP252906/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2018.

Campinas, 06 de agosto de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella  
Diretor Financeiro e  
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de  
Freitas  
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Mingyan Liu

Diretor de Assuntos Regulatórios

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2018.

Campinas, 06 de agosto de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella  
Diretor Financeiro e  
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de  
Freitas  
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Mingyan Liu

Diretor de Assuntos Regulatórios